

# REVISTA PORTO

---

Programa de Pós-Graduação em História da UFRN

Volume 3 | Número 4 | 2016.2

**Um porto do sertão, um centro regional:** A vila de Santa Cruz do Aracati no século XVIII  
**A hinterland's port, a regional center:** The village of Santa Cruz do Aracati in the eighteenth century

*Gabriel Parente Nogueira*  
*Doutorando em História Social no PPGH da*  
*Universidade Federal do Ceará*

Revista Porto 4 (3): 2-26 [2016]

Recebido em 19/07/16 – 17/10/16

REVISTA PORTO

**Resumo:** Este artigo visa analisar a inserção da vila de Aracati em espaços como a capitania do Siará Grande, capitania geral de Pernambuco e a porção atlântica do Império português, durante o século XVIII e início do XIX. Baseado nas discussões acerca das relações centro-periferia, Aracati, a vila mais rica da capitania do Siará Grande no século XVIII, é caracterizada como um ponto de encontro entre o sertão e o litoral a partir das suas relações com os sertões da ribeira do Jaguaribe e várias cidades e regiões da América portuguesa.

**Palavras-chave:** Aracati; ribeira do Jaguaribe; relação centro-periferia.

**Abstract:** This article aims to analyze the insertion of Aracati village in spaces like the Siará Grande captaincy, general captaincy of Pernambuco and the atlantic portion of the Portuguese Empire during the eighteenth and early nineteenth centuries. Taking into account the discussions on the center-periphery relations, Aracati, as the richest village in Siará Grande captaincy in the eighteenth century, is characterized as a meeting point between the hinterland and the coast based on its relations with the Jaguaribe river's hinterland and many cities and regions in colonial Brazil.

**Keywords:** Aracati; Jaguaribe river; center-periphery relation

## UM PORTO DO SERTÃO, UM CENTRO REGIONAL: A VILA DE SANTA CRUZ DO ARACATI NO SÉCULO XVIII

Dentre os aspectos que caracterizam a capitania do Siará Grande no século XVIII, a regionalização do poder, dividido entre as vilas de maior expressividade da capitania, é um elemento de destaque. A base econômica do Siará Grande ao longo do século XVIII, centrada fundamentalmente na pecuária, pode ser identificada como um dos elementos que contribuiu para a fraqueza de um poder central e a conseqüente regionalização dos interesses na capitania do Siará Grande no século XVIII. As sedes de poder da capitania, Fortaleza e Aquiraz<sup>1</sup>, situavam-se na porção central do litoral da capitania, em uma região isolada das principais áreas de criatório. A região na qual se inseriam (ribeira do Ceará), era a mais pobre da capitania, sendo seus dízimos aqueles que por menor valor eram arrematados<sup>2</sup>. Distante das vilas sedes situavam-se as regiões de maior destaque, as ribeiras do Jaguaribe e do Acaraú, que concentravam os núcleos de maior expressividade econômica da capitania dentre os quais se destacava Aracati, o núcleo economicamente mais importante que teve na produção e comércio de carnes secas uma de suas principais bases econômicas no século XVIII.

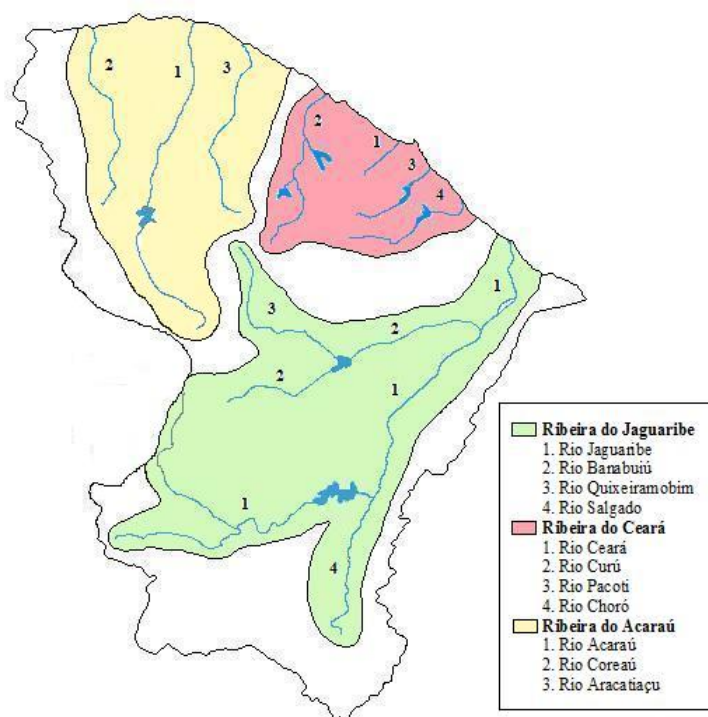
Ao longo das ribeiras do Jaguaribe e Acaraú, em decorrência das várias atividades ligadas à pecuária, constituíram-se núcleos populacionais, alguns dos quais, com o aumento de

<sup>1</sup> Além de Fortaleza, a capital, também qualifico Aquiraz como vila sede tendo em vista que no século XVIII nela teve sede a Ouvidoria-Provedoria da capitania, criada no ano de 1723.

<sup>2</sup> Sobre os valores de arrematação dos dízimos na capitania do Siará Grande, ver: AHU\_CU\_006, Cx. 7, D. 444.

sua importância, vieram a ser elevados à categoria de vilas, o que lhes garantia autonomia de gestão local e de representação de seus interesses. Muitas destas localidades tiveram sua importância devida a seus posicionamentos estratégicos ao longo dos caminhos percorridos pelas boiadas entre as áreas de criatório e os seus centros de consumo na própria capitania ou fora dela. Por esta razão, a análise das vias de comunicação da capitania do Siará Grande torna-se um exercício de compreensão das dinâmicas de poder e das relações econômicas que ligavam entre si algumas localidades e favoreceram um contexto de regionalização do poder na capitania, e nos possibilita entender alguns elementos que propiciaram um certo isolamento no qual restaram as vilas sedes no século XVIII, limitando suas possibilidades de se constituírem enquanto núcleos centrais nos ordenamentos de poder da capitania do Siará grande no século XVIII, sendo elas centros de referência, basicamente, para a região da ribeira do Ceará, na qual se inseriam.

### Ribeiras da capitania do Siará Grande e seus principais rios<sup>3</sup>



<sup>3</sup> Mapa produzido pelo autor

## No Siará Grande do século XVIII todos os caminhos levam aos sertões

A mais antiga das estradas do Siará Grande, conhecida como “Estrada Velha”, tem sua história diretamente relacionada com as primeiras ações de conquista da capitania e das motivações que fomentaram estas investidas pelos conquistadores que, já no início do século XVII, estabeleceram os primeiros postos fortificados na costa<sup>4</sup>. Uma das principais motivações para as ações na região era a busca de um caminho terrestre que, por meio de Pernambuco ligasse Salvador ao Maranhão. Além de bases ao longo deste caminho por terra, as fortificações levantadas em alguns pontos da costa visavam garantir uma mínima vigilância e proteção contra possíveis investidas de corsários que, por vezes, aportavam na região. A formação desta estrada, portanto, é representativa da função atribuída ao Siará Grande durante quase todo o século XVII, ou seja, basicamente um ponto de ligação entre centros da colônia. A utilização desta via ao longo do tempo não foi, por sua vez, considerada como viável, tendo em vista as dificuldades relativas à travessia de parte seu roteiro. Sobre este aspecto Studart nos informa que: *Os accidentes topográficos que juncavam a estrada, mormente no trecho relativo ao Maranhão, faziam-na inacessível a outros que não a peões, tornando-a, portanto, imprópria à condução de gêneros e productos.*<sup>5</sup>. Depreende-se, assim que esta via não se constituiu como um caminho de destaque nas transações econômicas estabelecidas entre o Siará Grande e outras capitanias. Associando-se às dificuldades inerentes à sua travessia, a importância desta via decaiu ainda mais em decorrência da descoberta de um novo roteiro de ligação por terra entre São Luís e Salvador, caminho este que adentrava os sertões, tendo por base os caminhos abertos pelo gado ao longo das conquistas do interior da Bahia, Piauí e Maranhão<sup>6</sup>.

Após Estrada Velha, novas vias de destaque somente foram criadas no Siará Grande quando da incorporação efetiva dos sertões da capitania com base no criatório. A análise destas estradas é reveladora das dinâmicas econômicas e políticas decorrentes do desenvolvimento da pecuária, dinâmicas que favoreceram a realidade de regionalização no século XVIII, fruto do fortalecimento e aumento da importância de núcleos como as vilas de Icó, Aracati, Crato, Sobral e Campo Maior, situadas em posições estratégicas ao longo dos caminhos do gado. Os novos caminhos, abertos pelas rotas das boiadas, tiveram papel de destaque na consolidação do

<sup>4</sup> Acerca das fortificações da capitania do Siará Grande ver: BARRETO, Coronel Aníbal. *Fortificações do Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958, p.81-101.

<sup>5</sup> STUDART FILHO, Carlos. Vias de comunicação do Ceará colonial. *Revista do Instituto Histórico do Ceará*. Fortaleza, v. LI, p 18. 1937.

<sup>6</sup> Sobre o caminho pelo sertão, descoberto na década de 1690 por João Velho do Vale, ver: ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000, p 148-149.

processo de colonização da capitania. Segundo Girão:

Foi na verdade, pelos roteiros das boiadas que se abriram novas perspectivas para a verdadeira colonização da capitania do Ceará, colonização esta que se efetuou sempre ao passo lento das manadas de gado e do chiado do carro-de-bois. São as estradas das ribeiras, desenvolvidas ao longo dos cursos d'água, por onde o rebanho acrescido permitiu a multiplicação de transações comerciais, transformando o produto quase exclusivo do Ceará noutras utilidades, de que a capitania necessitava.<sup>7</sup>

Dentre os roteiros das boiadas, destacava-se a Estrada Geral do Jaguaribe e três estradas que estabeleciam ligação entre a Ribeira do Acaraú e os sertões da capitania do Piauí a centros do litoral açucareiro – cortando, ao longo de seus percursos os sertões das capitanias Siará Grande, Rio Grande e Paraíba. Eram estas três estradas: a Estrada das Boiadas, a Estrada Nova das Boiadas e as Estradas Crato Piancó e Crato Oeiras. A Estrada Geral do Jaguaribe foi uma das primeiras rotas abertas na capitania no período de conquista dos sertões e estabelecimento de fazendas de criar ao longo da ribeira do Jaguaribe. Partindo do Aracati, a estrada seguia acompanhando o curso do Jaguaribe até Icó, e daí dirigia-se rumo ao São Francisco, passando neste percurso pela vila do Crato. Sobre a importância desta rota para as transações econômicas da capitania sabe-se que:

Foi outrossim, até o advento do ferrocarril, esse admirável conductor de progresso, a mais importante via de intercâmbio commercial entre o littoral e o “hinterland” cearense. Por elle entraram, com effeito, durante todo o período colonial, os gêneros de primeira necessidade de que se abastecia o nosso interior e mesmo os distantes sertões do Piauí.<sup>8</sup>

Cortando o Siará Grande do litoral ao sertão, a Estrada Geral do Jaguaribe era uma via de relevância no comercio da capitania e tinha na vila do Aracati um núcleo de destaque. Entreposto das mercadorias vindas de outras localidades pelo litoral, a vila do Aracati tinha na distribuição destas mercadorias para os sertões uma atividade de grande relevância que se associava aos negócios ligados à produção e comercialização das carnes secas e dos couros, atividades que conferiam destaque e poder econômico e político a Aracati. João Brígido ressalta a importância do comércio de abastecimento, que foi de grande importância para a economia da vila do Aracati até meados do século XIX, época em que a cidade de Fortaleza começava a

---

<sup>7</sup> GIRÃO, Valdelice. Carneiro. *As oficinas ou Charqueadas no Ceará*. Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto, 1995. p.87.

<sup>8</sup>STUDART FILHO, Carlos. *Op. cit.* p 28.

consolidar sua hegemonia como centro de poder na província do Ceará<sup>9</sup>. De acordo com João Brígido:

Até 1845[ano de seca], além da criação de gados, exploravam os jaguaribanos o comércio de transportes. Mais de dois mil pesados veículos conduziam do Aracati para o Icó, e vice-versa, cada carro de doze bois, as mercadorias estrangeiras e gêneros nacionais, com que se faziam quantiosas permutas. A perda quase total dos gados obrigou a remontas dispendiosas, o que deprimiu muito o antigo movimento.<sup>10</sup>

Sobre a menção de Brígido à relação entre Aracati e Icó neste comércio de abastecimento, destaca-se que as duas vilas se constituíam como os principais centros econômicos da capitania durante o século XVIII; Aracati, entre outros motivos, pela atividade de produção e exportação de carnes secas couros e comércio de abastecimento e Icó também pelo comércio decorrente de sua posição estratégica no entroncamento das duas principais estradas da capitania, a Estrada Geral do Jaguaribe e a Estrada das Boiadas, esta última ligando o Icó às capitanias do Piauí, Paraíba e Pernambuco, o que lhe conferia o destaque como importante centro de comércio, assim como Aracati. O roteiro das mercadorias e o papel desempenhado pelas duas vilas, bem como as dinâmicas que tornavam a Estrada Geral do Jaguaribe via de destaque nas relações econômicas desenvolvidas na capitania se processavam da seguinte maneira:

As mercadorias de procedência estrangeira vindas do Aracati eram conduzidas em chiantes carros de bois até o Icó, onde estacionava por ser o caminho daí por diante intransitável mesmo a esse rústico meio de transporte terrestre. Entre Icó e os centros consumidores a condução dos gêneros era feita em lombo de cavallos, bestas e bois mansos, a isso adextrados. Subiam também pela estrada geral tropas intermináveis de eqüinos carregando com destino aos povos de S. Francisco o produto das salinas cearenses e quiçá mesmo das de Mossoró, povoado norte-riograndense que até meados do século passado, quando foi criada a Villa, gravitou na zona de influencia e atracção commercial do Aracati<sup>11</sup>

Em Icó, a Estrada Geral do Jaguaribe conectava-se com a Estrada das Boiadas, destacada rota de comércio que ligava o sertão das capitanias do norte com o litoral açucareiro. Tendo em Recife e cidade da Paraíba seus limites, esta estrada adentrava os sertões da Paraíba, cruzando

<sup>9</sup> Sobre o processo de construção da hegemonia da cidade de Fortaleza sobre a província do Ceará durante o século XIX ler: LEMENHE, M. A.. *Expansão e hegemonia urbana: o caso de Fortaleza*. 1983. 150 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1983.

<sup>10</sup> BRÍGIDO, João. *Ceará: Homens e Fatos*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001. p. 171, 172.

<sup>11</sup>STUDART FILHO, C. *Op. cit.* p. 28-29.

esta capitania até chegar em Icó. De Icó, a estrada seguia cortando o centro-sul do Siará Grande em busca dos sertões dos Crateús, no Piauí, tendo se estruturado, no curso deste caminho, uma dinâmica rede de trocas:

Por ella transitavam rumo ao interior comboios de mercadorias estrangeiras, de lá descendo o gado de corte para os matadouros de Paraíba, Recife e Olinda. Adquirido nas feiras de S. Antonio de Surubim, Villa de Mocha, Manga, e Jatobá ou nas fazendas dispersas pelas cercanias desses velhos núcleos de povoamento, era a gadaria piauiense reunida em grandes boiadas, que se encaminhavam a Crateús, pelo boqueirão do Poti, única passagem fácil talhada na imensa muralha calcarea que circunda o Ceará a occidente.<sup>12</sup>

Por ligar o Siará Grande ao Piauí, esta via, bem como a Estrada Nova das Boiadas, contribuiu para a economia do Siará Grande, pois, além de o Piauí ter sido um importante fornecedor de reses a serem abatidas nas oficinas do Aracati, no Piauí se buscavam boiadas para recomposição dos rebanhos do Siará Grande após as secas que sazonalmente afetavam a região, sobretudo as duas grandes estiagens que afetaram a capitania no último quartel do século XVIII.<sup>13</sup>

Outra via de destaque foi a Estrada Nova das Boiadas. De trajeto semelhante ao da Estrada das Boiadas em sua origem no Recife, seguindo basicamente o mesmo percurso até a porção central da capitania da Paraíba, onde rumava ao norte passando pela localidade de Pau dos Ferros no Rio Grande, seguia rumo à vila de Campo Maior, ponto onde se bifurcava tendo um de seus ramais como destino os sertões do Crateús no Piauí e o outro destinando-se à vila de Sobral, atingindo em sua continuidade o litoral norte da capitania. Em seu trajeto, conectava as principais regiões de criatório do Siará Grande – a ribeira do Acaraú (passando por Sobral), a ribeira do Banabuiú (passando na vila de Campo Maior) e a ribeira do Jaguaribe (na localidade de Riacho do Sangue) – aos sertões das capitanias vizinhas e a Recife, sem o intermédio das sedes da capitania, o que contribuía para o isolamento da capital, pois:

Encurtando distancias e desviando, destarte, o transito do littoral para o sertão, o caminho novo concorreu grandemente para o isolamento em que por muito tempo houve a sede administrativa da Capitania, isolamento mercê do qual ella vegetaria insignificante e mesquinha, enquanto outras villas cearenses se opulentavam e progrediam<sup>14</sup>

---

<sup>12</sup>Ibid. p. 33.

<sup>13</sup>Sobre o papel das boiadas do Piauí para o abastecimento das oficinas no litoral e de matrizes para o Ceará após períodos de secas: “(...) o armentio piauiense servia igualmente a abastecer os saladeiros do Ceará, Rio-Grande do Norte, ou a refazer os rebanhos dessas capitanias quando dizimados pelas seccas.” STUDART FILHO, C. *Op. cit.* p. 33.

<sup>14</sup>STUDART FILHO, Carlos. *Op. cit.* p. 30.



A última das três vias eram as estradas Crato Piancó e Crato Oeiras que ligavam a vila do Crato, no sul da capitania, à cidade de Oeiras, (capital do Piauí), e aos sertões da capitania da Paraíba, passando por Piancó e Patos, onde conectava-se com a Estrada das Boiadas e tinha acesso ao litoral açucareiro. Tais vias, elementos relevantes para a colonização e desenvolvimento da região sul da capitania, encontravam-se na vila do Crato, ponto de conexão não só entre si, mas também com Estrada Geral do Jaguaribe. Sobre o impacto das Estradas Crato Piancó e Crato Oeiras para o desenvolvimento do sul da capitania, sabemos que:

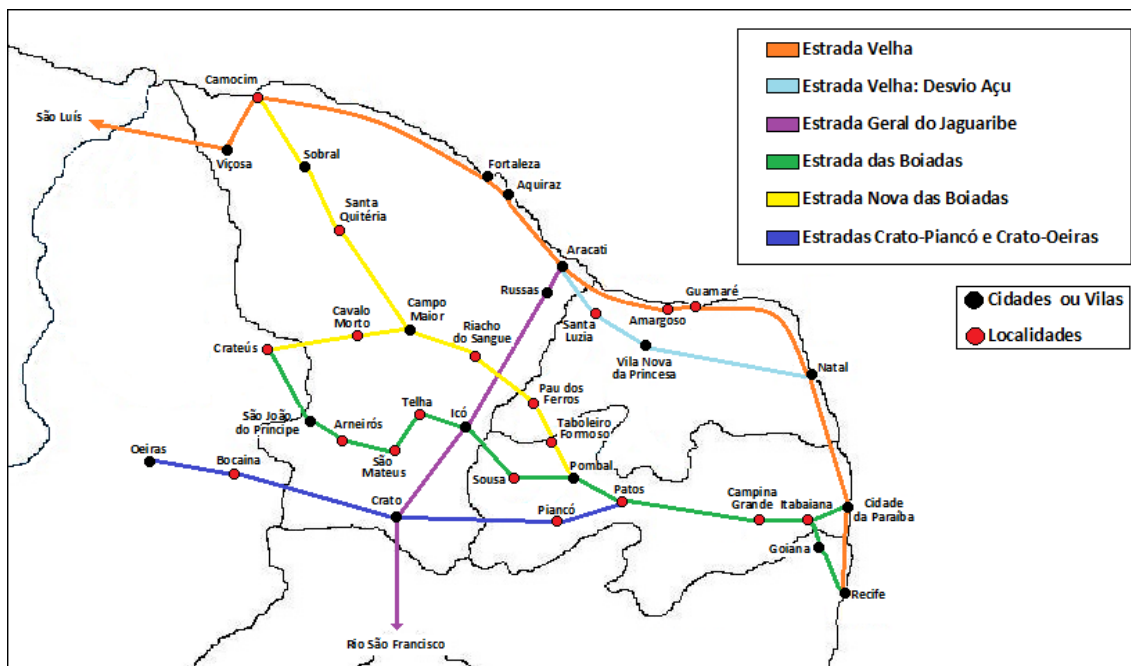
Estimulo forte do augmento de sua capacidade de transporte foi igualmente a frequencia de boiadas piauienses que por ella marchavam para as feiras de Paraíba e Pernambuco. Tal facto, que se tornou possível depois da ligação do Cariri com a freguesia da Mocha pela estrada Crato-Oeiras, concorreu para faze-la popularizada (...). Ao mesmo tempo que a estrada Crato- Piancó se afasta para o oriente, rompendo os agrestes sertões nordestinos, a estrada Crato-Oeiras prossegue pelos férteis valles do Araripe, articulando o Cariri com as ribeiras tributarias do Parnaíba.<sup>15</sup>

A análise do mapa das principais vias que conectavam o Siará Grande entre si, bem como a outras capitanias, evidencia o isolamento no qual viviam as vilas sedes, já que a única via de importância que por elas passava – além de ter perdido destaque no século XVIII – margeava o litoral, isolando Fortaleza e Aquiraz de uma ligação direta com as principais áreas de criatório da capitania, elemento preponderante para o isolamento das duas vilas em relação aos sertões da capitania que se interconectavam e estabeleciam dinâmicas próprias, sem a necessidade de intermediação das vilas sedes.

---

<sup>15</sup> Ibid. p. 38.

## Principais estradas da Capitania do Siará Grande no início do século XIX<sup>16</sup>



A cultura do algodão no século XIX foi, em meio a esta realidade, um elemento que contribuiu para um gradual aumento do destaque econômico de Fortaleza e de sua região, sem que, contudo, viesse, unicamente por isso, a romper o destaque econômico das outras regiões da capitania. Como planta nativa, o algodão se prestava bastante ao cultivo em grande parte na capitania, incluindo os territórios circunvizinhos a Fortaleza, as áreas de beira-mar, e as áreas serranas, zona esta em que se deu início o seu cultivo na capitania. Sobre o início do cultivo do algodão para exportação, sabe-se que:

Tendo Chegado à Capitania em 1777 e ido à serra de Uruburetama em compra de couros, verificou Moreira Gomes [Antonio José Moreira Gomes], a optima qualidade do algodão, que ali encontrou, e tratou de animar os moradores a se entregarem a este ramo de comércio, até então desconhecido na Colonia, já adiantando-lhe dinheiro e fazendas, já ensinando-lhes a maneira de descaroçar e ensacar o algodão. No dito anno de 1777 a serra de Uruburetama produziu [sic] 78 arrobas de algodão, que Moreira Gomes comprou e remetteu a Julião Potier, negociante na Bahia. No anno seguinte a produção já ascendia a 234 arrobas. Não estando mais na Bahia Julião Potier e porque ninguém queria especular com um gênero, que também La era pouco procurado, Moreira Gomes fez embarcar as 234 arrobas por conta própria, sendo Luis da Costa Gomes o encarregado de remettel-as a Bandeira & C.<sup>a</sup>, da praça de Lisboa. A cultura do algodão foi se desenvolvendo e no fim do século já se apanhavam em Uruburetama uns annos por outros 5000 arrobas. Os habitantes dos contornos da Villa de Fortaleza e depois de Aracaty e vargens do Jaguaribe,

<sup>16</sup> Mapa produzido a partir das informações de: STUDART FILHO, Carlos. Vias de comunicação do Ceará colonial. *Revista do Instituto Histórico do Ceará*. Fortaleza, v. LI, 1937, p.15-47.

vendo os resultados colhidos na serra de Uruburetama, animaram-se na plantação ao ponto de começar o século XIX constituir o algodão o principal gênero de exportação da Capitania.<sup>17</sup>

O peso do algodão na pauta de exportação do Siará Grande, desde o início do seu cultivo na capitania, viveu uma constante crescente, ganhando destaque no período posterior à grande seca que entre os anos de 1791-1793 assolou a capitania e pôs fim ao destaque da produção de carnes secas em Aracati e outros portos da capitania. Acerca do desenvolvimento desta cultura na capitania, o ouvidor, Manoel Magalhães Pinto e Avelar informada à Rainha Dona Maria I, em carta de 03 de fevereiro de 1787, que era:

(...) inegável, que por pouco que se animasse, se tornaria hum dos ramos mais importantes do Comercio do Brazil para Portugal. Toda esta Capitania tem huá admirável disposição pella natureza, para a Cultivação deste gênero, estendendo-se salvage, e agreste em alguns sítios mais amenos e frescos: porem sobre tudo produz abundantissimam.te em as três serras, a da Ibiapaba, da Beruoca, e Uruburetama, nas margens do Rio Jaguaribe, e em toda a beira Mar da Capitania, e pequenas Serras; aonde ao dia de hoje, pello calcullo que já tenho feito se hão de colher para sima de 30\$000 arrobas, não tendo principiado esta plantação, que a 4 ou 5 annos para cá, [...] e o interesse faz com que toda a gente se incline antes a cultivar o dito Genero, por que sempre este lhes he mais bem reputado a proporsão dos outros, e os mesmos Compradores folgão de fazer os seus empregos em o algudão do Ceará; por que sempre este em a prassa de Lx.<sup>a</sup> vence huá reputação, e presso m.to superior ao das outras Capitancias.<sup>18</sup>

Por destinar-se basicamente ao mercado europeu, o cultivo do algodão propiciou modificações na estrutura econômica e política do Siará Grande. Diferindo da pecuária que favorecia certas autonomias regionais e facilidades de transporte – já que o próprio gado conduzia-se ao seu destino – o algodão, cultivado em diversas localidades, necessitava ter sua produção direcionada a alguns centros litorâneos por onde seria exportado: a vila de Fortaleza, assim, passou a constituir-se como um polo de atração da produção do algodão cultivado em sua área de influência, o que lhe garantiu uma ampliação de rendas, chegando a ser visitada pelo representante de uma casa comercial estrangeira no início do século XIX<sup>19</sup>.

A proeminência que Fortaleza passou a ter como um centro de atração da produção algodoeira da capitania, não repercutiu, de imediato, na quebra das autonomias regionais no

<sup>17</sup> STUDART, Guilherme. *Geographia do Ceará. Revista do Instituto Histórico do Ceará*. Fortaleza v. XXXVIII. p.81, 1924.

<sup>18</sup> AHU\_CU\_006, Cx. 11, D. 644.

<sup>19</sup> Trata-se este representante de Lourenço da Costa Dourado que, aos 09 dias do mês de Agosto de 1809 chegou à Fortaleza. Dourado era sócio da Firma Barroso, Martins, Dourado, e Carvalho estabelecida em Londres. Fonte: STUDART, Guilherme. *Op. cit.* p. 74-75.

Siará Grande, já que o algodão se acomodou à organização do poder constituída a partir das dinâmicas da pecuária; mas conferiu à vila de Fortaleza maior destaque econômico que – após autonomia da capitania em 1799 e a transferência da corte portuguesa para a América em 1808 – contribuiu para o desenvolvimento de uma política de centralização dos interesses da futura província do Ceará em sua capital que, em meados do século XIX, passou a se constituir, efetivamente, como o centro político e econômico da província do Ceará. Além do aspecto econômico, representado pelo desenvolvimento da contonicultura, vários fatores contribuíram para que, ao longo da primeira metade do século XIX, as autonomias regionais fossem sendo solapadas em favor da centralização do poder na capital. Sobre este processo, sabe-se que:

Alguns elementos para o fortalecimento da capital foram: o fortalecimento dos partidos políticos, que ocorreu em nível nacional e provincial, a constituição de um poder legislativo na província, a organização judicial centralizada em Fortaleza, o estabelecimento da Guarda Nacional nos distritos do interior da província, a constituição de um sistema de ensino secundário público em Fortaleza, e, principalmente, a superação econômica do porto de Aracati, o grande entreposto entre o Recife e o sertão, pelo porto de Fortaleza. Reforçando esta centralização a construção das ferrovias, que redirecionaram os fluxos da economia colonial dos portos do sertão para o porto de Fortaleza, também foi um elemento importante da segunda metade do século XIX.<sup>20</sup>

Apesar de comparativamente a capital ter permanecido abaixo de Aracati (que substituíra as carnes secas e os couros como principal produto de exportação, pelo algodão) como centro exportador da capitania durante o início do século XIX, o lucro advindo da comercialização do algodão, foi um elemento que, associado à política de centralização desenvolvida na província, durante o Império, foi preponderante para o destaque que a capital passou efetivamente a ter na província, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, quando consolida sua hegemonia na província.

### **A Vila do Aracati: Dinâmicas econômicas e inserção no mercado atlântico**

A organização das vias de comunicação na capitania do Siará Grande indica de que forma se estruturavam as dinâmicas que conferiam ao Aracati o posto de principal porto de escoamento da produção da capitania e principal núcleo distribuidor de mercadorias importadas para o sertão do Jaguaribe durante o século XVIII e início do século XIX. Em memórias e

---

<sup>20</sup> OLIVEIRA, Almir Leal. *A Construção do Estado Nacional no Ceará na Primeira Metade do Século XIX: Autonomias Locais, Consensos políticos e Projetos Nacionais* (In) *Leis provinciais: Estado e cidadania (1835-1861) Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os anos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso/ Almir Leal de Oliveira, Ivone Cordeiro Barbosa (Org.) – Ed. Fac-similar. Fortaleza: INESP, 2009. p. 19.*

relatórios escritos por governantes e cientistas entre o final do século XVIII e início do século XIX, fica claro o destaque da vila do Aracati na capitania. Em relatório produzido no final da década de 1780, onde discorre acerca de regiões e vilas da capitania geral de Pernambuco, o Governador Capitão Geral de Pernambuco, José Cezar de Menezes, discorre acerca da região do Jaguaribe e da vila do Aracati. Sobre a ribeira do Jaguaribe, o Governador Capitão Geral diz ser: *“Toda ella (...) do Termo da Villa e S. José de Ribamar dos Aquirás, excepto meia legoa em quadra ao entrar da Barra, que é da Villa de Santa Cruz do Aracati na qual há 362 fogos, He de grosso commercio, por virem a ella mais de 30 barcos cada anno(...)”*<sup>21</sup> Cerca de vinte anos depois, dizia Silva Paulet que entre as vilas do Siará grande, Aracati: *“É a mais opulenta da capitania, de mais população dentro da Villa, e aonde se acha casas de sobrado (...)”*<sup>22</sup>

A importância de Aracati como núcleo comerciante de destaque na capitania, especialmente na ribeira do Jaguaribe, fez com que, nas memórias escritas em 1814 sobre sua gestão no Siará Grande, o ex-governador Luiz Barba Alardo de Menezes recomendasse que: *“No primeiro ponto da villa do Aracaty deverá o novo juiz de fora estender a sua autoridade e jurisdição até o termo da vila de S. Bernardo, dez legoas ao sul, cujas villas contão uma população de 16. 120 pessoas.”*<sup>23</sup> O destaque conferido a Aracati ligava-se ao relevante papel desempenhado pela vila, sendo a vila da capitania de maior destaque no trato mercantil, o que repercutia em sua dimensão urbana no século XVIII, elemento destacado pelos cronistas que trataram sobre a vila. Acerca deste aspecto, Lemenhe nos diz que:

A função de entreposto comercial que viria a expandir-se ao longo da segunda metade do século [XVIII] deu à vila proeminência sobre as demais. A rigor seria o único aglomerado ao qual se poderia associar o termo urbano, e neste sentido não diferia das outras cidades portuárias da colônia. Centralizava os excedentes das fazendas dispersas pelo sertão, para abastecer as oficinas. Concentrava a carne salgada produzida no seu entorno e as dispersas pela costa. Do Aracati saíam os produtos importados para o consumo em toda sua área de influência. Destas atividades resultariam, ao final do século, uma população estimada em “duas mil pessoas ... habitando trezentas casas [muitas daquelas] sobrados, mais de setenta lojas de mercadorias ... [que arrecadaram] quinhentos mil cruzados.”<sup>24</sup>

<sup>21</sup> Idéia da população: capitania de Pernambuco e das suas anexas, extensão de suas costas, rios, e povoações notáveis, agricultura, numero de engenhos, contractos, e rendimentos reais, augmento que este tem tido desde o anno de 1774 em que tomou posse do Governo das mesmas Capitánias o Governador e Capitam General José Cezar de Menezes (In): *ANAIS da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. XL, Rio de Janeiro: Oficinas gráficas da biblioteca nacional, 1923.p.06.

<sup>22</sup> Descrição Geográfica Abreviada da Capitania do Ceará pelo coronel Antonio Jozé da Silva Paulet. *Separata da Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo XII, 1898, p.13.

<sup>23</sup> Memória Sobre a Capitania Independente do Ceará Grande escripta em 18 de abril de 1814 pelo governador da mesma Luiz Barba Alardo de Menezes. *Separata da Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, tomo XI, 1897, p.37.

<sup>24</sup> LEMENHE, Maria. Auxiliadora. *Op.cit.* p. 32.

A dimensão urbana da vila do Aracati que, conforme informações de José Cezar de Menezes e de Lemenhe, no final do século XVIII, contava com mais de trezentas casas das quais, mais de setenta se tratavam de lojas de comércio e com uma população que girava em torno de duas mil pessoas, nos leva a pensar acerca das dimensões desta vila, das dinâmicas que conferiam o destaque regional por ela desfrutado na ribeira do Jaguaribe e de que forma estas dinâmicas influíam na constituição do perfil social de sua população.

Tendo como base o mapa populacional produzido pelo Governador Manoel Inácio de Sampaio em 1813, pudemos identificar de que forma se distribuía a população na capitania do Siará Grande no início do século XIX. Uma análise baseada unicamente nas informações contidas neste quadro poderia nos levar a relativizar a importância de Aracati como núcleo urbano, já que sua população é, em muito, superada pela população de outras vilas, algumas das quais com duas ou três vezes o número de habitantes que Aracati possuía.

Relação de habitantes da capitania por vila (1813)<sup>25</sup>

<b>Mapa da população com base nos dados colhidos conforme a solicitação do Gov. Manoel Inacio de Sampaio (1813)</b>	
<b>Comarca do Ceará</b>	<b>Habitantes</b>
<b>Juiz de Fora do Aracati</b>	<b>17.396</b>
<i>Vila de São Bernardo</i>	11.363
<i>Vila do Aracati</i>	6.033
<b>Juiz de Fora da Fortaleza</b>	<b>32.647</b>
<i>Vila do Aquiraz</i>	10.701
<i>Vila de Messejana</i>	1.729
<i>Vila de Soure</i>	1.446
<i>Vila de Fortaleza</i>	12.810
<i>Vila de Baturité</i>	4.737
<b>Juiz de Fora de Sobral</b>	<b>30.731</b>
<i>Vila de Sobral</i>	15.218
<i>Vila de Granja</i>	3.730
<i>Vila Viçosa</i>	9.520
<i>Vila nova d'el Rei</i>	3.263
<b>Comarca do Crato</b>	<b>Habitantes</b>
<i>Vila de São João do Principe</i>	7.021
<i>Vilas do Crato e Jardim</i>	32.822
<i>Vila de Lavras e Icó</i>	18.216
<i>Vila de Quixearmobim</i>	6.462

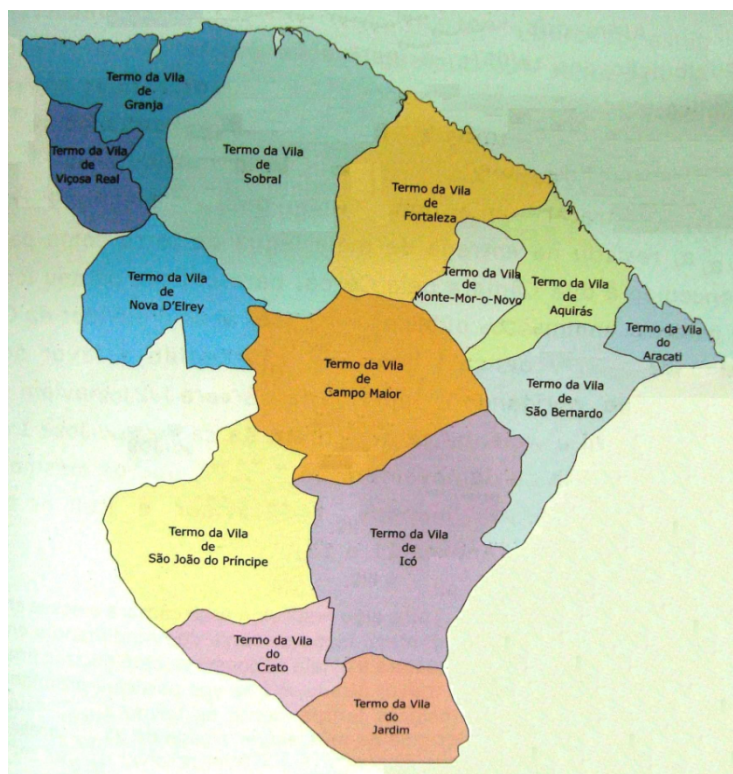
Quando confrontados, contudo, com o mapa da divisão dos termos das vilas da capitania,

<sup>25</sup> Fonte: POMPEU, Thomas. População do Ceará. *Revista do Instituto Histórico do Ceará*. tomo III. Fortaleza, 1889, p. 82.



vemos que, proporcionalmente, a vila do Aracati pode ser identificada como a mais povoada da capitania já que sua população, que no ano 1813 girava em torno de seis mil habitantes, vivia no menor termo da capitania.<sup>26</sup> Em termos comparativos, a população da vila do Icó, que segundo o levantamento excedia em mais de três vezes a população do Aracati, dispunha de um termo mais que três vezes superior às dimensões do termo do Aracati; comparação esta que pode ser feita também em relação às demais vilas da capitania.

Divisão territorial dos termos das vilas criadas no Siará Grande até 1817<sup>27</sup>



O mapa populacional de 1813 detalhado também se constitui como uma fonte valiosa para o desenvolvimento de uma análise sobre o perfil social dos habitantes da vila, pois nos permite identificar um elemento indicativo do grau de inserção da vila no Aracati nas dinâmicas do mercado atlântico no início do século XIX.

<sup>26</sup> “Termo” era a denominação dada aos limites territoriais do município durante o período; difere da denominação de vila, tendo em vista que “vila”, em sentido restrito, se refere ao núcleo urbano ou sede do município. Possivelmente os dois mil habitantes aos quais Lemenhe indica que a vila possuía no final do século XVIII, seja sua população da vila do Aracati, pois, conforme Silva Paulet, dentre as vilas do Siará Grande, Aracati era a “(...) de mais população dentro da Villa”.

<sup>27</sup> Fonte: JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. *A Urbanização do Ceará Setecentista: As vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati*. 2007. 531f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.p. 285.

<b>Quadro da População da vila de Aracati em 1813*</b>								
<b>Branços**</b>								
Idades	Homens Casados	Mulheres Casadas	Homens Solteiros	Mulheres Solteiras	Homens Viúvos	Mulheres Viúvas	Total	Total de Homens Brancos
0 a 20	7	28	716	693	-	-	1444	1274
20 a 40	183	244	117	148	16	25	733	Total de Mulheres Brancas
40 a 60	132	83	22	25	15	36	313	1339
60 a mais	37	24	8	5	21	28	123	Total da População Branca
<b>Total</b>	<b>359</b>	<b>379</b>	<b>863</b>	<b>871</b>	<b>52</b>	<b>89</b>	<b>2616</b>	<b>2613</b>
<b>Pretos Livres</b>								
Idades	Homens Casados	Mulheres Casadas	Homens Solteiros	Mulheres Solteiras	Homens Viúvos	Mulheres Viúvas	Total	Total de Homens Pretos Livres
0 a 20	1	3	63	57	-	-	124	210
20 a 40	27	33	25	22	2	3	112	Total de Mulheres Pretas Livres
40 a 60	16	23	55	12	5	6	117	171
60 a mais	8	5	6	4	2	3	28	
<b>Total</b>	<b>52</b>	<b>64</b>	<b>149</b>	<b>95</b>	<b>9</b>	<b>12</b>	<b>381</b>	
<b>Pretos Cativos</b>								
Idades	Homens Casados	Mulheres Casadas	Homens Solteiros	Mulheres Solteiras	Homens Viúvos	Mulheres Viúvas	Total	Total de Homens Pretos Cativos
0 a 20	-	-	142	185	-	-	327	448
20 a 40	21	28	160	146	5	8	368	Total de Mulheres Pretas Cativas
40 a 60	20	16	72	76	4	3	191	486
60 a mais	8	8	15	13	1	3	48	
<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>52</b>	<b>389</b>	<b>420</b>	<b>10</b>	<b>14</b>	<b>934</b>	
<b>Mulatos Livres</b>								
Idades	Homens Casados	Mulheres Casadas	Homens Solteiros	Mulheres Solteiras	Homens Viúvos	Mulheres Viúvas	Total	Total de Homens Mulatas Livres
0 a 20	10	52	508	472	-	-	1042	848
20 a 40	123	150	83	113	10	21	500	Total de Mulheres Mulatas Livres
40 a 60	70	47	18	34	1	32	202	942
60 a mais	14	8	4	4	7	9	46	
<b>Total</b>	<b>217</b>	<b>257</b>	<b>613</b>	<b>623</b>	<b>18</b>	<b>62</b>	<b>1790</b>	
<b>Mulatos Cativos</b>								
Idades	Homens Casados	Mulheres Casadas	Homens Solteiros	Mulheres Solteiras	Homens Viúvos	Mulheres Viúvas	Total	Total de Homens Mulatos Cativos
0 a 20	2	6	88	85	-	-	181	169
20 a 40	9	12	49	56	1	1	128	Total de Mulheres Mulatas Cativas
40 a 60	2	6	11	10	3	1	33	181
60 a mais	1	1	3	3	-	-	8	Total da População Parda**
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>25</b>	<b>151</b>	<b>154</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>350</b>	<b>3455</b>
<b>População Total da vila</b>								<b>6068</b>

<sup>28</sup> \*Quadro produzido com base nos dados referentes à vila de Aracati contidas no mapa da população da capitania do Siará Grande levantados pelos capitães mores a pedido do Governador Manoel Inácio de Sampaio (Fonte:BN – Sessão de Manuscritos Documentos II – 32,23,003. Mapa da População da Capitania do Ceará extraído dos que derão os Capitães Mores em o anno de 1813) \*\*Como pardo identifica-se todos os sujeitos classificados como não branco, ou seja, negros e mulatos, tanto livres quanto cativos.



No mapa, a população da vila foi dividida e classificada a partir de sua faixa etária, sexo e de sua categoria social que são as de: Brancos, Pretos Livres, Pretos Cativos, Mulatos Livres, Mulatos Cativos. A inexistência da categoria indígena no levantamento feito em Aracati se explica pelo fato de nele o elemento indígena ter sido identificado na categoria social de Branco. Dividindo a população da vila de Aracati em 1813 por categorias étnicas, identificamos que entre seus 6068 habitantes<sup>29</sup>, 2613 seriam brancos ou indígenas, 1315 negros e 2140 mulatos. Com base nestes dados, identifica-se que, em 1813, 21,7% da população da vila do Aracati compunha-se de negros e 35,25% de mulatos, o que resulta em mais de 50% da população da vila composta por uma população de matriz étnica africana, dentre estes, 1284 (pouco mais de 21% da população da vila) tratavam-se de escravos; elementos reveladores da inserção da vila do Aracati nas dinâmicas do mercado atlântico.

Em obra na qual discorre sobre a formação do Brasil no Atlântico Sul no século XVII<sup>30</sup>, Luis Felipe de Alencastro defende que o Brasil se constituiu neste período a partir de uma rede de relações que o ligava diretamente à África (especialmente a região de Angola), onde o comércio entre as duas margens do oceano, baseado no trato negreiro, estabeleceu uma dinâmica rede de trocas envolvendo, entre outros, a comercialização de fumo e cachaça produzidos na América portuguesa. Segundo Alencastro, o comércio de escravos possuía um papel tão preponderante nas relações econômicas estabelecidas na porção sul-atlântica do Império português que veio a mobilizar representantes da América portuguesa e de Angola quando a Coroa visou promover a venda de escravos dos portos de Angola para os portos da América hispânica. Por contraditório que possa parecer, a manifestação contrária de representantes de Angola à abertura desta comercialização – que poderia representar um aumento dos preços dos escravos, consequência do aumento da demanda – é um indicativo da confluência de interesses que ligavam em um sistema complementar as duas margens do Atlântico Sul português. Sobre este episódio, Alencastro indica que:

Interesses negreiros em comum e complementares levaram os procuradores do Brasil (leia-se: da Bahia, de Pernambuco, e do Rio de Janeiro) e de Angola a uma aliança contra a política da Coroa, aliança que nem passou pela cabeça dos procuradores das câmaras de São Paulo e do Maranhão, unidos pela prática comum da escravização de índios e igualmente contrariados pela política pró-indígena da Coroa e dos jesuítas: os primeiros estavam completamente integrados no mercado atlântico, os segundos não.<sup>31</sup>

Ao comparar Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro com São Paulo e Maranhão no século XVII,

---

<sup>29</sup> Apesar de no computo geral das populações de cada vila elaborado pelo Governador Manoel Inácio de Sampaio ter sido atribuído à vila de Aracati um total de 6033 habitantes, ao tratarmos as cifras do detalhamento da população de Aracati pelas categorias nas quais eram divididas, identificamos, que a soma total dos habitantes da vila corresponderia a um total de 6068 habitantes.

<sup>30</sup> ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.

<sup>31</sup> Ibid. p. 330.

sobre a proposta de abertura dos portos hispânicos aos escravos de Angola, Alencastro associa o destaque da mão de obra africana nas três primeiras capitanias à inserção delas nas dinâmicas comerciais do Império; tendo estas regiões uma relação intensa nas trocas intercoloniais; situação diversa das duas outras capitanias que, nos seiscentos, tinham na preponderância da utilização da mão de obra indígena um elemento indicativo de sua não inserção nestas dinâmicas. Segundo o autor, gradualmente: (...) o movimento do tráfico negreiro assumia sua centralidade, esvaziando a importância econômica do cativo dos índios. [e que] até a ruptura pombalina no século seguinte, a questão do trabalho indígena se circunscreve às regiões da América Portuguesa pouco integradas ao mercado atlântico.<sup>32</sup>

Acerca da relação de preponderância de mão de obra indígena ou africana como um elemento de destaque para se pensar de que forma a região se inseria nas dinâmicas do império, Alencastro completa que: “Tal situação mudará em meados do século XVIII, sob a influência da política civilizatória pombalina, que reabilita o indígena americano, integrando-o como mão de obra complementar ao trabalho africano.”<sup>33</sup> Apesar de o cômputo populacional da vila de Aracati de 1813 ter sido feito em um período posterior à política pombalina de revitalização da mão de obra indígena, o fato de mais de 50% da população da vila ser composta de sujeitos com matriz étnica africana é um elemento significativo para pensar de que forma a vila do Aracati estava inserida nas dinâmicas do mercado atlântico, sobretudo no período em que nela se desenvolvia, com destaque, as atividades ligadas à produção e comercialização de carne seca, produto inserido nas dinâmicas de trocas entre a América portuguesa e a África, utilizado na dieta dos negros que, aprisionados na África, seriam destinados à escravidão na América<sup>34</sup>. Os mais de 50% de habitantes de Aracati de matriz étnica africana tornam-se nesta medida um elemento elucidativo para o papel desempenhado pelo Aracati nas dinâmicas desenvolvidas na capitania geral de Pernambuco, sendo, dentre os portos do sertão da capitania geral, se não o de maior destaque, um dos que mais destaque possuía na produção e comercialização das carnes secas, o que lhe conferia uma dimensão de centro para uma periferia regional, nomeadamente, a ribeira do Jaguaribe.

<sup>32</sup> ALENCASTRO, Luis Felipe de. *Op. cit.* p. 336-337.

<sup>33</sup> *Ibid.* p. 339.

<sup>34</sup> Segundo Almir Leal de Oliveira: “Na África o charque ganha notabilidade a partir de sua introdução na alimentação dos escravos que estavam sendo preparados para a travessia do Atlântico. Luís Antônio de Oliveira Mendes documentou em 1793 como teria se dado o consumo das carnes do Ceará na alimentação dos escravos. Segundo ele foi o Pernambucano Raimundo Jalamá, administrador da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba em Angola entre 1759 e 1763, que, observando as péssimas condições físicas dos escravos embarcados, o que resultava em alta mortalidade e prejuízos para a Companhia, substituiu a savelha (peixe salgado e conservado em azeite) pela carne seca na alimentação. Jalamá teria orientado as escravas a temperar as rações servidas com a carne secas: ‘quando pela primeira vez a escravatura provou deste gênero de comida assim temperada, e amoldada ao seu paladar, confessou fidedignamente, que lhe bateram palmas. (...) Na prevenção da economia mandou vir por conta da mesma Companhia de Pernambuco a carne salgada, e seca, a que lhe chamam do sertão, que é escaldada, e sem osso, que ali custa de 6 (centos) a oitocentos réis a arroba...’ ” OLIVEIRA, Almir Leal. As carnes secas do Ceará e o mercado atlântico no século XVIII (In) DORÉ, Andrea; SANTOS, Antônio Cesar de Almeida Santos (Org.). *Temas Setecentistas: Governos e populações no império português*. Curitiba: UFPR-SCHLA/Fundação Araucária, 2008. p.505-516.

### *Aracati: um centro periférico*

Consultado sobre a proposta de criar uma vila no lugar do Aracati, o antigo Capitão mor do Siará Grande, Francisco Ximenes de Aragão, informava, em carta de 24 de julho de 1744, que:

(...) Cazo q se crie huá V.<sup>a</sup> que virá a ser a corte deste Siará em breves annos por ficar nas margens do Rio Jaguaribe navegável as mesmas Somacas em distancia de três Legoas e de facto ao seo porto todos os annos vinte e Sinco e mais q' a troco de fazendas q' trazem Levam a Carne e courama de dezoito thé vinte mil Boys para Pern.co Bahia e Rio de Janeiro (...)<sup>35</sup>

O relato dá conta do destaque da localidade que, quatro anos depois, viria a ser elevada à categoria de vila com o nome de Santa Cruz do Aracati, a quarta criada na capitania do Siará Grande. Sobre a localidade e o fluxo de barcos na barra do rio Jaguaribe no período, Rocha Pita, já antes de 1730, informava que: *Vinte léguas para o Rio Grande, tem pelo sertão uma formosa povoação com o nome do Rio Jaguaribe, que por ela passa, o qual seis léguas para o mar faz uma barra suficiente para embarcações pequenas, que vão a carregar carnes de que abunda com excesso aquele país.*<sup>36</sup> A indústria de carne seca, desenvolvida em uma região de ocupação recente como era o caso da ribeira do Jaguaribe na primeira metade do XVIII, conferiu destaque à localidade onde viria a ser criada vila do Aracati, que caracterizava-se como um ponto de encontro a ligar duas correntes que tinham, por motivos complementares, o porto do Aracati como destino. A primeira corrente, vinda dos sertões do Jaguaribe e de outras capitanias, como o Piauí, tinham em Aracati o destino de suas boiadas que, convergiam à localidade para serem abatidas nas oficinas estabelecidas próximas ao porto por onde as carnes secas e as couramas eram exportados, principalmente para as praças do Recife e de Salvador, vila e cidade que correspondiam aos principais núcleos de onde partiam a segunda corrente que destinava-se a Aracati. Dos portos de Recife e Salvador partiam embarcações carregadas com mercadorias diversas destinadas a serem trocadas em Aracati pelas carnes e couros produzidos na vila. As mercadorias trocadas pelas carnes e couros destinavam-se a abastecer, além da própria vila do Aracati, as fazendas dispostas ao longo da ribeira do Jaguaribe e demais paragens dos sertões do gado. Em meio a esta intensa dinâmica e fluxos, o Aracati se constituiu como um ponto onde o sertão se encontrava com o litoral.

O Aracati era, portanto, já antes de sua elevação à vila, um núcleo regional na ribeira do Jaguaribe. Elevado à vila, passou a desempenhar papel de destaque não somente no âmbito econômico, mas também no âmbito político, já que, além de encimar uma cadeia produtiva a nível regional, sua elite, parcialmente composta de agentes mercantis, também ganhou destaque político, pelo acesso que passou a ter a instâncias de poder e representação como a Câmara da vila. Além do elemento econômico que favoreceu o desenvolvimento do Aracati e sua constituição como um centro de destaque regional, devemos ter em conta que sua importância, parcialmente, se deve também em razão da política

<sup>35</sup> AHU\_CU\_006, Cx. 5, D. 304.

<sup>36</sup> PITA, Rocha. *História da América Portuguesa*, Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. p. 55-56.

administrativa desenvolvida no Império lusitano sob o governo da dinastia dos Bragança.

Ascendendo ao poder em Portugal no ano de 1640, os Bragança, a despeito da fragilidade que marcou os primeiros anos de governo da dinastia, desenvolveram, ao longo dos reinados de seus sucessivos monarcas, um processo de gradual aumento dos poderes do Estado e de diminuição dos poderes locais. Tal política de centralização pode ser identificada como um processo de caráter estrutural, quando levamos em conta que se associava às políticas de centralização do Estado desenvolvidas pelas monarquias modernas na Europa<sup>37</sup>, que vivenciaram processo análogo ao de Portugal entre os séculos XV e XVIII.<sup>38</sup> Alguns dos elementos que influenciaram e fomentaram o desenvolvimento desta política em Portugal, entretanto, não se ligavam diretamente à sua faceta enquanto reino, mas ao seu caráter enquanto império. A ascensão dos Bragança ao poder se deu em um contexto de crise do Império colonial português que, após os sessenta anos da União Dinástica, havia sofrido consideráveis perdas, sobretudo em sua porção oriental.<sup>39</sup> Ao assumir o poder, Dom João IV também via a porção atlântica do Império seriamente ameaçada, tendo em vista que a região economicamente mais importante da América portuguesa naquele período, a capitania de Pernambuco, encontrava-se ocupada pelos agentes da Cia das Índias Ocidentais Neerlandesa e Angola era ocupada pelas forças da mesma Companhia em 1641. Portugal tinha assim duas regiões economicamente vitais da porção atlântica de seu império sob o poder de uma potência rival. Com a reconquista das colônias americanas e africana, o sistema sul-atlântico, centrado na América portuguesa, passou, cada vez mais, a ser uma área privilegiada na política imperial portuguesa; sua importância aumentou consideravelmente em decorrência das descobertas de ouro nos sertões das Gerais no final do século XVII. Por conta destes e de outros fatores, a ascensão dos Bragança ao poder em Portugal, e o direcionamento político dado por esta dinastia, representou uma transformação da política administrativa em curso na América Portuguesa já que: *“A relativa autonomia das partes, efetiva no sistema espanhol, foi assim sendo substituída por controle maior: a culminância do processo foi o Consulado pombalino.”*<sup>40</sup>

Diferindo da política administrativa espanhola – que direcionou durante seis décadas a administração do Império português, e que tinha na constituição e no fortalecimento de núcleos regionais

---

<sup>37</sup> Para uma leitura mais abrangente deste processo ler: ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 2004. Para o caso específico de Portugal, com destaque para a relação entre a monarquia e a grande nobreza portuguesa, ler: MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. *O crepúsculo dos Grandes (1750 -1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.

<sup>38</sup> Quando trato acerca do processo de centralização desenvolvido pelos Estados europeus neste contexto – e consequentemente nas colônias dos Estados que as possuísem – entendo que tal processo não se desenvolveu unicamente segundo uma via radical (sendo a radicalidade, neste processo, mais uma exceção do que uma regra) neste aspecto concordamos com Mello e Souza, quando a autora ressalta que tal processo se guiou baseado em uma lógica por ela denominada como “prática do bater-e-soprar”; entendendo que: *“(…) os absolutismos procuraram seguir uma prática política pendular, evitando identificarem-se com um grupo social específico e combinando rigor com certa dose de contemporização.”* SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a Sombra: Política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2006.p. 15

<sup>39</sup> Sobre as ameaças ao Império de forma geral e as perdas no Estado da Índia, ver: BOXER, Charles R. *O império Marítimo Português 1415-1825*. Tradução de Inês Silva Duarte. Lisboa: Edições 70, 1996.

<sup>40</sup> SOUZA, L. M. (2006) *Op. cit.* p. 57-58.

uma de suas características principais – a política dos Bragança, no que se refere à administração de seus domínios, tanto no reino quanto no além-mar, caracterizou-se pela busca de uma maior centralização das decisões em Lisboa, visando solapar certas autonomias e poderes em centros regionais. Apesar de contraditório, tal processo de centralização de poderes desenvolveu-se com medidas que, gradualmente, foram conferindo autonomias a regiões anteriormente subjulgadas a algum centro regional, políticas que na América portuguesa podemos identificar, entre outros aspectos, como a emancipação de algumas capitânicas anteriormente subordinadas e o considerável aumento do número de vilas criadas ao longo do século XVIII. Esta estratégia tinha como lógica a noção de que, quanto mais dividida a autoridade, mais ela tenderia a estar centrada em um núcleo efetivamente central, neste caso, a capital do império. Tal direcionamento político, para o caso da América portuguesa, visava limitar a confluência de interesses na colônia que viessem a ameaçar o poder metropolitano já que: *a descentralização administrativa nas conquistas tendiam a instituir em cada capitania uma dependência direta de Lisboa, impedindo a integração da América portuguesa como um todo*<sup>41</sup> Referenciando-se em Stuart Schwartz, acerca dos direcionamentos da política de gestão do Império lusitano, Mello e Souza ainda define que: *Do ponto de vista teórico, a estrutura imperial portuguesa baseava-se “nos princípios fundamentais da fragmentação colonial e da centralização imperial”.*<sup>42</sup>

Tais elementos nos levam a discutir uma relação bastante pertinente para podermos pensar de que forma a vila do Aracati inseria-se nos ordenamentos de poderes na América portuguesa – em especial no espaço da capitania geral de Pernambuco, região administrativa à qual o Siará Grande pertenceu até o ano de 1799, quando se tornou capitania autônoma – trata-se da relação centro-periferia. Em estudo onde discorre acerca desta relação, Edward Shills define que: *O centro, ou zona central é um fenômeno que pertence à esfera dos valores e das crenças. É o centro da ordem de símbolos, de valores e crenças que governam a sociedade*<sup>43</sup>. Ainda segundo Shills: *O centro é também um fenômeno que pertence à esfera da ação. É uma estrutura de atividades de funções que os valores e crenças centrais se encarnam e são propostos.*<sup>44</sup> Discutindo a mesma relação, tendo, porém, como espaço de abordagem específico as relações desenvolvidas no Império português, Russel Wood nos diz que: *“Para o rei e o colono, um centro era associado a um núcleo urbano. No mundo português isto correspondia à categoria de vila ou cidade.”*<sup>45</sup> e que: *“Em suas formas mais extremadas, as periferias eram associadas a um termo muito usado em Angola e no Brasil: o sertão.”*<sup>46</sup>

<sup>41</sup> SOUZA, L. M. (2006) *Op. cit.* p. 99.

<sup>42</sup> *Ibid.* p. 99.

<sup>43</sup> SHILLS, Edward. *Centro e Periferia*. Lisboa: DIFEL, 1992. p.53.

<sup>44</sup> *Ibid.* p.54.

<sup>45</sup> RUSSEL-WOOD, A. J. R.. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. *Rev. bras. Hist.*, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 187-250, 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010201881998000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201881998000200010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 02 Junho 2016.

<sup>46</sup> *Ibid.*

Baseado nas referências dos autores e no trato empírico sobre Aracati na capitania do Siará Grande, entende-se que as vilas e cidades na América portuguesa, configuravam-se como espaços privilegiados no que se refere às relações de poder desenvolvidas na colônia, pois – além da autogestão e do direito de representação direta ao rei exercido pelos membros de sua governança – tendiam a exercer influências que extrapolavam suas áreas de domínio direto, muitas vezes, até mesmo, sobre áreas que se encontravam sob jurisdição de outras vilas, o que serviu de motivo para muitas contendas entre alguns núcleos urbanos. A “balança dos poderes” no mundo colonial não se encontrava, portanto, em equilíbrio no que se refere à distribuição dos poderes entre as vilas, já que os interesses de algumas delas, entendidos como os interesses de suas elites, por vezes extrapolavam os limites de seus termos; como era o caso de Aracati, cujos interesses não se restringiam aos seus limites territoriais, mas abarcavam uma região bem mais ampla que ligava a vila, aos sertões do Jaguaribe e outras regiões da capitania, mas também a várias outras localidades.

Aracati desempenhava um destacado papel na ribeira do Jaguaribe, sobretudo em termos econômicos, na medida em que configurava-se como um importante entreposto. Não se pode esquecer tampouco a subalternidade a que a capitania do Siará Grande esteve sujeita à capitania geral de Pernambuco até o final do XVIII, elemento a ser destacado tendo em vista sua contribuição para a ausência de um núcleo forte na capitania e a regionalização de seus interesses.<sup>47</sup> Aracati no século XVIII orbitava desta forma entre as dimensões de centro e periferia já que, pela dimensão dialética que esta relação impõe, pode ser caracterizada (em termos de América portuguesa) tanto como uma periferia – pela dependência administrativa e econômica em que vivia, especialmente em relação a Pernambuco, sendo assim um “porto do sertão” – quanto como centro regional, pelo poder de atração que exercia sobre os sertões do Jaguaribe, e outras áreas. Tal dimensão se evidencia na análise de procurações passadas no cartório da vila, em períodos não contínuos, entre os anos de 1778 e 1801.

As procurações caracterizam-se como um grupo documental bastante revelador para o desenvolvimento de uma análise das redes de poder que ligavam espaços e regiões, já que, através delas, podemos identificar, dentre outros aspectos, a que regiões e, nesta medida, a que redes de interesse uma localidade, pelos sujeitos nela estabelecidos, se ligava. Tal estudo torna-se ainda mais revelador quando desenvolvido em uma perspectiva temporal mais alargada, já que, ao longo dos anos, podem-se identificar transformações no que se refere a estas relações. O levantamento deste perfil de frequência e constância de relações entre Aracati e outras localidades, quando cotejado com outros dados, nos indicam também elementos a partir dos quais podemos pensar o perfil das relações estabelecidas entre a dada localidade e algumas regiões específicas, tendo como base a constante destas relações em períodos diferenciados. Apesar de tratar-se de um documento que muitas vezes não nos indica as motivações

---

<sup>47</sup> Em sua extensão máxima, na segunda metade do XVIII, a capitania geral de Pernambuco chegou a abarcar os territórios das capitanias do Siará Grande, Rio Grande, Paraíba e Pernambuco que a época incluía toda a margem esquerda do São Francisco.



que faziam com que o outorgante a concedesse aos procuradores constituídos, podendo tratar-se de motivações de caráter variado, a concessão de poderes a outrem, pode ser tomada como um elemento indicativo da relação que se estabelecia entre os espaços relacionados nas procurações, seja a de um morador da vila que tivesse interesses e negócios em outras localidades, seja a de moradores de outras localidades que por algum motivo estivessem em Aracati, vila na qual registraram procuração.

A partir de um levantamento referente a 297 procurações passadas no cartório da vila do Aracati nos anos de 1778, 1779, 1781, 1782, 1788, 1789, 1790, 1800 e 1801, desenvolvemos os quadros abaixo, nos quais podemos identificar, por períodos, a que localidades a vila do Aracati (por meio dos sujeitos que em seu cartório conferiram procurações) ligava-se<sup>48</sup>. A análise destes dados constitui-se como um indicativo revelador de algumas transformações nas relações desenvolvidas em Aracati em contextos diferentes da história, dentre os quais destacamos as secas de 1777 a 1779 e a de 1791 a 1793, sendo esta última, a que pôs fim ao destaque das carnes secas na pauta de exportação da capitania do Siará Grande.

### **Procurações (1778-1779)**

<b>Capitania/ Comarca do Siará grande</b>	<b>27</b>
<b>Povoação de Quixeramobim</b>	<b>1</b>
<b>Comarca de Pernambuco</b>	<b>12</b>
<b>Capitania de Pernambuco</b>	<b>10</b>
<b>Recife</b>	<b>1</b>
<b>Vila de Goiana</b>	<b>2</b>
<b>Cidade da Paraíba</b>	<b>2</b>
<b>Capitania do Piauí</b>	<b>1</b>
<b>Comarca do Piauí</b>	<b>1</b>
<b>Cidade de Oeiras</b>	<b>2</b>
<b>Cidade do Salvador</b>	<b>22</b>
<b>Cidade do Rio de Janeiro</b>	<b>3</b>
<b>Cidade do Pará</b>	<b>1</b>
<b>Cidade de Lisboa</b>	<b>3</b>
<b>Cidade do Porto</b>	<b>1</b>
<b>Ilha de São Miguel (Açores)</b>	<b>1</b>
<b><u>Total de procurações analisadas</u></b>	<b>43</b>

Fonte: APEC/CA: Livro de Notas do Tabelião de Aracati (1778-1779)

<sup>48</sup> Em uma única procuração era comum a concessão de poderes a sujeitos em localidades distintas, o que explica a discordância entre o total de procurações por período e a somas das procurações por localidade.

### **Procurações (1781-1782)**

Capitania/Comarca do Siará grande	39
Vila do Aracati	9
Vila do Aquiraz	2
Vila do Icó	5
Vila de Sobral	2
Vila de Granja	1
Vila do Forte	1
Povoação de Cascavel (termo de Aquiraz)	2
Ribeira do Jaguaribe	3
Sertão do Acaraú	1
Cariri	1
Capitania de Pernambuco	13
Comarca de Pernambuco	1
Recife	15
Comarca da cidade de Olinda e Pernambuco	1
Vila de Goiana	4
Cidade da Paraíba	3
Cidade do Rio Grande	1
Cidade do Salvador	30
Sergipe d'el Rei	1
Vila Rica	1
Cidade do Rio de Janeiro	3
Cidade de Lisboa	4
<b><u>Total de procurações analisadas</u></b>	<b>52</b>

Fonte: APEC/CA: Livro de Notas do Tabelião de Aracati (1781-1782)

### **Procurações (1788-1790)**

Capitania/Comarca do Siará grande	59
Vila do Aracati	7
Vila do Icó	2
Vila de Monte mor	1
Capitania de Pernambuco	45
Capitania de Pernambuco e mais anexas	2
Recife	2
Cidade de olinda	1
Vila de Goiana	1
Comarca das Alagoas	1
Cidade da Paraíba	1
Vila de Pombal	1
Capitania do Rio Grande do Norte	7
Natal	1
Vila de Portalegre	1
Vila Nova da Princesa	1
Vila de São Miguel	1
Capitania do Piauí	6
Cidade do Salvador	31
Cidade do Maranhão	1
Cidade de Belém	1
Lisboa	3
<b><u>Total de procurações analisadas</u></b>	<b>85</b>

Fonte: APEC/CA: Livro de Notas do Tabelião de Aracati (1788-1790)



### Procurações (1800-1801)

Capitania/Comarca do Siará grande	5
Vila do Icó	4
Vila Nova d'el Rey	1
Capitania de Pernambuco	2
Comarca de Pernambuco	1
Goiana	1
Capitania da Paraíba	2
Cidade da Paraíba	1
Comarca da Paraíba	1
Capitania do Rio Grande do Norte	1
Vila de Portalegre	1
Capitania do Piauí	1
São João do Parnaíba (Capitania do Piauí)	1
Capitania do Maranhão	1
Cidade do Salvador	8
<u>Total de procurações analisadas</u>	<u>17</u>

Fonte: APEC: Fundo Câmaras - Caixa:12 - Livro Nº 32 “Livro de Notas do Tabelião de Aracati (1799-1801)”

Com base nos dados contidos nestes quadros, percebe-se que a crise motivada pela seca de 1777-1779, teve como uma de suas consequências, se não o fim, uma forte queda, no trato estabelecido entre Aracati e a praça do Rio de Janeiro, com a qual comercializava-se carnes secas já em 1744, conforme indicava, o Capitão mor Francisco Ximenes de Aragão. A diligência de habilitação de um dos donos de oficina de Aracati como Familiar do Santo Ofício indica que, três décadas depois, a praça do Rio de Janeiro ainda se constituía como um dos mercados consumidores das carnes secas produzidas na vila, pois em 1774, Salvador de Souza Braga, é identificado como proprietário, em meação, de: “*hum Barquo, que nelle anda de Piloto com negocio seo avultado do Sertão p.<sup>a</sup> o Rio de Jan.ro donde tira bastantes Louros*”<sup>49</sup>

Das seis procurações identificadas em que constituintes concedem poder de representação e atuação a procuradores estabelecidos na cidade do Rio de Janeiro, todas foram feitas entre os anos de 1779 e 1781, período situado após o fim da primeira grande seca, o que indica que, neste momento, alguns agentes da vila do Aracati possuíam interesses e negócios a serem tratados naquela praça. Já entre as 102 procurações concedidas entre 1788-1790 e 1800-1801 não se identificou procurações passadas para a praça do Rio de Janeiro. A não identificação de procurações passadas ao Rio de Janeiro, em um período posterior a 1788, possivelmente resulta de uma diminuição das relações mercantis diretas entre o Aracati e o Rio de Janeiro, dado a proibição expedida pelo Governador da Capitania Geral de Pernambuco, D. Thomaz José de Mello, passada a 11 de maio de 1788, que tornava interdito aos portos do sertão a comercialização direta com portos do Rio de Janeiro e Bahia, sem antes arribarem no Recife

<sup>49</sup> ANTT: Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Salvador mç. 3, doc. 48. “Diligência de Habilitação de Salvador de Souza Braga (1773-1775)”.

onde deveriam solicitar autorização<sup>50</sup>. Esta sanção, pode ter se constituído em uma motivação para reforçar a diminuição, se não o fim, do trato de carnes secas entre o Aracati e o Rio de Janeiro, reforçado pelo desenvolvimento das charqueadas no Rio Grande de São Pedro nas duas últimas décadas do século XVIII e que contribuiu para a decadência da produção do gênero na vila do Aracati no final do século. Por meio da análise das procurações, entende-se que a econômica das carnes secas conferiu à vila do Aracati um papel econômico de destaque que se evidencia através da variada gama de localidades com as quais os agentes sediados na vila mantinham relações, elementos que nos revelam a importância deste produto nos circuitos econômicos voltados ao abastecimento interno. A importância das carnes secas para as conexões variadas estabelecidas entre os agentes estabelecidos na vila com outras regiões é ainda mais representativa quando analisamos as procurações passadas no período posterior à seca de 1791-1793, que pôs fim à relevância da produção de carnes secas na vila do Aracati.

Apesar de tratar-se de um grupo de procurações mais reduzido (17 procurações), a comparação entre as procurações passadas em Aracati nos anos de 1800 e 1801 com aquelas que foram passadas em um momento anterior à “*grande seca*” de 1791-1793, nos indica uma redução das localidades com as quais os agentes sediados em Aracati estabeleciam relações. Apesar desta diminuição no “leque” de regiões com as quais a vila “se relacionava”, percebe-se que, tanto a capitania de Pernambuco quanto a cidade de Salvador, continuaram a ser as principais regiões (externas à capitania) com as quais o Aracati mantinha relações. Se a constante do destaque de Pernambuco em meio às procurações passadas pelos agentes de Aracati, pode ser percebida como consequência da forte ligação dos agentes mercantis da vila à capitania duartina – de onde muitos eram naturais, ou nela também tinham residência – a constante no destaque da cidade de Salvador em meio às localidades às quais alguns agentes da vila do Aracati conferiram procurações em 1800 e 1801 nos indica que a vinculação da praça baiana com a vila do Aracati ainda se mantiveram forte após a crise das carnes secas. Para além do fato de ser sede do Tribunal da Relação, aspecto que em parte justifica o destaque de Salvador no que se refere à constituição de procuradores, a vinculação entre Aracati e Salvador possivelmente pode ser atribuída à comercialização do algodão que passou a se constituir como o principal produto do Siará Grande após a seca, sendo o porto de Salvador um dos pontos de exportação para a Europa do algodão cultivado no Siará Grande, conforme a já mencionada relação entre Antônio José Moreira Gomes, introdutor do cultivo do algodão em larga escala na capitania, e Julião Potier, negociante da Bahia a quem Moreira Gomes enviou o algodão cultivado em 1777.

Mesmo que a seca de 1791-1793 possa ter ocasionado uma redução do número de localidade com as quais os agentes de Aracati se relacionavam, a análise destas procurações nos indicam que durante o último quartel do século XVIII e o início do XIX Aracati, caracterizava-se como um espaço dinâmico, conectado a diversas paragens. Esta constatação pode ser identificada como uma consequência

---

<sup>50</sup> GIRÃO, Valdelice Carneiro. *Op. cit.* .p117.

das dinâmicas que envolveram, especialmente, a economia de produção das carnes secas, que propiciou a formação em Aracati de uma elite de perfil mercantil que encimou uma cadeia produtiva regional, de forma que a vila do Aracati, além de um “porto do sertão” de uma capitania subalterna, também pudesse ser identificada como um centro regional, pela influência que exercia na ribeira do Jaguaribe e outras regiões.